

Contratação

3. CPI/06/24/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - Ratificação.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a ratificação da decisão de adjudicação e a aprovação das minutas do contrato identificado em epígrafe, bem como a proposta de revogação da decisão de contratar, resultado da não adjudicação dos Lotes 2 e 3, em virtude de todas as propostas terem sido excluídas, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 03 de setembro de 2024, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 97375

Data: 02/10/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: CPI/06/24/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental Ratificação da adjudicação e aprovação das minutas do contrato do procedimento

PROPOSTA: Ratificação da adjudicação e aprovação das minutas do contrato do procedimento CPI/06/24/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação e a aprovação das minutas do contrato, bem como a proposta de revogação da decisão de contratar, resultado da não adjudicação dos Lotes 2 e 3, em virtude de todas as propostas terem sido excluídas, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 03 de setembro de 2024, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

No entanto e considerando, a data da próxima reunião de executivo apenas ocorrer em 10 de setembro, tornou-se necessário que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro a adjudicação do procedimento e de todas as restantes propostas constantes do ponto 5 da informação de adjudicação fossem aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, sujeita a posterior ratificação em reunião do executivo.

A urgência prendeu-se com a necessidade de se adjudicar com a maior brevidade possível, para que as empresas vencedoras pudessem adquirir a eletricidade nos mercados spot, ainda em meses de verão altura em que existe mais oferta, face ao menor consumo e com preços mais baixos, para que possam dar resposta às necessidades do Município, sem terem que vir a solicitar revisão de preços extraordinárias no futuro.

Remete-se para o efeito os compromissos, relatório preliminar e final, informação de adjudicação e minutas do contrato.

O (a) Chefe de Divisão

Anexos:

-
1. **Proposta adjudicação;**
 2. **Minutas contratos**
 3. **Relatório preliminar**
 4. **Relatório Final**
 5. **Compromisso 115985, 115986, 115987 e 115988**

Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,


3/9/2024

Despacho

Despacho: Adjudico e aprovo as minutas dos contratos anexas a esta informação, bem como as restantes propostas apresentadas no ponto 5 da presente informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião

O Presidente da Câmara,


 (Ricardo Rio)
24/9/23

1. Informação

Data

03/09/2024

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/06/24/DCP	10.135.707,15€		31/01/2027
Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.			
Lote	Preço Base	Preço Adjudicado	
Lote 1 BTN	1.690.753,93 €	1.511.230,92 €	
Lote 2 BTE	1.376.435,09 €	-----	
Lote 3 MT	1.448.766,07 €	-----	
Lote 4 IP	5.619.752,06 €	4.536.766,87 €	
	10.135.707,15 €	6.047.997,79 €	
CPV	71314100-3 Serviços de electricidade		

3. Projeção Plurianual dos Compromissos (valores s/IVA)

Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	TOTAL
€	2.771.998,98 €	3.023 .998,89 €	251.999,91 €	6.047.997,79 €

4. Compromissos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L. 197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a assunção de compromissos relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo ((GOP 12 190 2024/47 AC.11, relativamente a encargos de instalações dos agrupamentos escolares; GOP 12 190 2024/50 AC.5, relativamente a encargos de instalações dos agrupamentos centros de saúde; GOP 13 230 2024/68 AC.24, relativamente a encargos de instalações do município e GOP 13 230 2024/68 AC.24, relativamente a encargos de instalações iluminação pública, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 28º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2024 e seguintes, 15 de dezembro de 2023 (Órgão Deliberativo).

5. Propostas de aprovação

- 5.1. De não adjudicação (alínea b) do nº1 do artigo 79.º do CCP) do Lote 2 e Lote 3;
- 5.2. Notificação ao fornecedor da decisão de não adjudicação (nº2 do artigo 79.º do CCP) do Lote 2 e Lote 3;
- 5.3. Revogação da decisão de contratar (artigo 80.º do CCP), do Lote 2 e Lote 3;
- 5.4. Decisão de adjudicação (76.º), do Lote 1 e Lote 4;
- 5.5. Decisão de adjudicação (76.º), do Lote 1 e Lote 4;
- 5.6. Redução dos contratos a escrito (94.º), do Lote 1 e Lote 4;
- 5.7. Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º), do Lote 1 e Lote 4;
- 5.8. Relatório Final (124º).

6. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

7. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 19 de julho de 2024 foi autorizada a abertura do procedimento.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

No entanto atenta ao período de férias e a urgência no lançamento do procedimento, o júri foi aprovado pelo Sr. Presidente, sujeita a posterior ratificação na próxima reunião de executivo, que ocorrerá em setembro.

8. Apresentação de propostas

No dia 22 de agosto de 2024, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Lista de Participantes

Posição	Fornecedor	Data de Chegada	Respondeu como grupo de empresas?	Estado
1	Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda. NIF: 502 124 083	21/08/2024 10:55	X Não	Concorrente
2	Acciona Green Energy Developments S.L. Sucursal Em Portugal NIF: 980 582 393	21/08/2024 14:33	X Não	Concorrente
3	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A. NIF: 503 504 564	21/08/2024 14:34	X Não	Concorrente
<input type="checkbox"/> 4	Endesa Energia, SA – Sucursal Portugal NIF: 980 245 974	21/08/2024 17:01	X Não	Interessado

9. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 23 de agosto de 2024, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia no dia 26 de agosto de 2024, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

10. Proposta de não adjudicação

Lote 2 Baixa Tensão Especial (BTE) e Lote 3 Média Tensão (MT)

Propõe-se a seguinte proposta de não adjudicação:

<p>De direito (artigo 79.º CCP)</p> <p>Art.º 79.º, n.º 1, al. b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º, no que respeita às propostas;</p>
<p>De facto</p> <p><i>Todas as propostas apresentadas pelos concorrentes foram excluídas por ultrapassarem o preço base.</i></p>

11. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o relatório final, de 03 de setembro de 2024, o júri deliberou, por unanimidade, propor as seguintes adjudicações:

Lote 1 BTN - Baixa Tensão Normal			
	Valor da Proposta s/IVA	* Valor tarifas ERSE + taxas + impostos (€)	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
Concorrente:	Energia Ativa		
ACCIONA GREEN ENERGY DEVELOPMENTS S.L. SUCURSAL EM PORTUGAL	843.917,42€	667.317,50€	1.511.230,92€

Lote 4 IP – Iluminação Pública (BTN – IP)			
	Valor da Proposta s/IVA	* Valor tarifas ERSE + taxas + impostos (€)	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
Concorrente:	Energia Ativa		
EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	3.365.539,00€	1.171.227,86€	4.536.766,87€

LOTE 1 - Baixa Tensão Normal – BTN – Preço €/kWh

Tarifário do Comercializador		Preço utilizado para formação preço base total	Preço Adjudicado
Energia Ativa	Tarifa Simples	0,1531	0,1111
Energia Ativa	Horas fora de vazio	0,1575	0,1109
Bi-Horária	Horas de vazio	0,1432	0,1117
	Horas de ponta	0,1678	0,1213
Energia Ativa	Horas cheias	0,1564	0,1169
Tri-Horária	Horas de vazio	0,0980	0,1013

LOTE 4 – Iluminação Pública – IP - Preço €/kWh

Tarifário do Comercializador		Preço utilizado para formação preço base total	Preço Adjudicado
Energia Ativa	Tarifa Simples	0,1606	0,1180
Energia Ativa	Horas fora de vazio	0,1848	0,1240
Bi-Horária	Horas de vazio	0,1440	0,1140
	Horas de ponta	0,1945	0,1420
Energia Ativa	Horas cheias	0,1824	0,1200
Tri-Horária	Horas de vazio	0,1443	0,1140

12. Caução

- O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.
- A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3%, (que corresponde a **45.336,93€ para o LOTE 1 e 136.103,01€ para o LOTE 2**) nos termos do artigo 89.º, n.º1, do CCP, do preço total do contrato.
- Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo VI** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
- Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
- A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

- f) Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

13. Redução do Contrato a escrito

13.1. Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 1.511.230,92€ para o LOTE 1 e de 4.536.766,87€ para o LOTE 2, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

13.2. Prazo de Suspensão

13.2.1. Aplicável

Fundamentação de Direito	De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando: <ul style="list-style-type: none"> a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade; c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento foi publicado no JOUE, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

14. Outorga do Contrato

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

15. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 28 programa de concurso (**5 dias após a notificação da adjudicação**).

16. Anexos

- a) Relatório Final;
- b) Minutas de Contrato.

17. Assinatura

O Gestor do Procedimento

R

MINUTA DE CONTRATO N.º CPI/06/24/DCP

Fornecimento de energia elétrica: Lote 1

Entre:

____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. _____

____ **Segundo: Acciona Green Energy Developments S.L. Sucursal Em Portugal**, com número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 980582393 e sede em Avenida José Gomes Ferreira, 13, Edif. Atlas III, Piso 2 Esq., Fração F 1495-139 Miraflores, Algés – Portugal, representada por _____, como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração/certidão permanente, que se arquivam.

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____

1.º _____

____ Este contrato tem por objeto o Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, relativo ao seguinte lote:

a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);

A adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de XX de _____ de 2024, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sequência do **Concurso Público Internacional- CP/06/24**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos

termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.º

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato a Eng.ª Mónica Leite _____

3.º

_____ O contrato mantém-se em vigor até 31 de janeiro de 2027, contados a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia a 01 de fevereiro de 2025 ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 1.511.230,92€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com a cláusula n.º 3 do caderno de encargos.

4.º

_____ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual** de 1.511.230,92€, (UM MILHÃO, QUINHENTOS E ONZE MIL, DUZENTOS E TRINA EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar mensalmente e de acordo com a cláusula n.º 5 do caderno de encargos. _____

5.º

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte
03|211|020201|relativamente aos agrupamentos escolares;
04|220|020201|relativamente aos agrupamentos centros de saúde e
0102|111|020201|relativamente aos edifícios Municipais do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento n.º 89807/ 89808 e 89809, todos de 27 de junho de 2024 e de compromisso ----- de _____,

respetivamente e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme verba indicada na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso autorizadas de acordo com o artigo 30.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento de 2024, aprovadas em reunião de Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2023. _____

6.º _____

____Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

7.º _____

____Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € **45.336,93€** (quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e seis euros e noventa e três cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

8.º _____

____O Segundo Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Primeiro Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica,

não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

_____O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

_____ **9.º** _____

_____Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

_____E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos. _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

MINUTA DE CONTRATO N.º CPI/06/24/DCP

Fornecimento de energia elétrica: Lote 4

Entre:

____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. _____

____ **Segundo: EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.**, com a identificação fiscal n.º. 503504564, com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 12, 1249-300 Lisboa- Portugal, representada por _____, como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração/certidão permanente, que se arquivam.

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes:_____

1.º_____

____ Este contrato tem por objeto o Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, relativo ao seguinte lote:

a) Lote 4 – Iluminação Pública (IP);

A adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de XX de _____ de 2024, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sequência do **Concurso Público Internacional- CP/06/24**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.º

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato a Eng.ª Mónica Leite _____

3.º

_____ O contrato mantém-se em vigor até 31 de janeiro de 2027, contados a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia a 01 de fevereiro de 2025 ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 4.536.766,87€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com a cláusula n.º 3 do caderno de encargos.

4.º

_____ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual** de 4.536.766,87€, (**QUATRO MILHÕES , QUINHENTOS E TRINTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E SEIS EUROS E OITENTA E SETE CÊNTIMOS**), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar mensalmente e de acordo com a cláusula n.º 5 do caderno de encargos.

5.º

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte **0102|111|020201** do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento n.º 89810 de 27 de junho de 2024 e de compromisso ----- de _____, respetivamente e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme verba indicada na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso autorizadas de acordo com o artigo 30.º das Normas Regulamentares

à Execução do Orçamento de 2024, aprovadas em reunião de Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2023. _____

6.º _____

____Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

7.º _____

____Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € **136.103,01€** (cento e trinta e seis mil, cento e três euros e um cêntimo), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

8.º _____

____O Segundo Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Primeiro Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

____O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

9.º _____

_____Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável._____

_____E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos.____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

RELATÓRIO FINAL

elaborado nos termos do artigo 148.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

1. Referência do Procedimento

Concurso Público com publicidade internacional n.º CPI/0624/DCP

2. Objeto

Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.

Lote 1 BTN

Lote 2 BTE

Lote 3 MT

Lote 4 IP

3. Designação do Júri

Órgão competente: Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio

Data Despacho: 19/07/2024

Habilitação: Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

No entanto atenta ao período de férias e a urgência no lançamento do procedimento, o júri foi aprovado pelo Sr. Presidente, sujeita a posterior ratificação na próxima reunião de executivo, que ocorrerá a 10 de setembro.

4. Membros do Júri

Designados	Função			Participantes no Relatório
	Presidente	Membros		
		Efetivo	Suplente	
	✓			✓
		✓		
		✓		✓
			✓	✓
			✓	
			✓	
			✓	

5. Audiência prévia

Em cumprimento do disposto no artigo / 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

Assim, nesta conformidade, o júri deliberou manter o teor, as conclusões e ordenação do relatório preliminar.

6. Proposta de adjudicação

Lote 1 BTN - Baixa Tensão Normal			
Concorrente:	Valor da Proposta s/IVA Energia Ativa	* Valor tarifas ERSE + taxas + impostos (€)	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
ACCIONA GREEN ENERGY DEVELOPMENTS S.L. SUCURSAL EM PORTUGAL	843.917,42€	667.317,50€	1.511.230,92€

Lote 4 IP – Iluminação Pública (BTN – IP)			
Concorrente:	Valor da Proposta s/IVA Energia Ativa	* Valor tarifas ERSE + taxas + impostos (€)	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	3.365.539,00€	1.171.227,86€	4.536.766,87€

7. Proposta de não adjudicação

Lote 2 Baixa Tensão Especial (BTE) e Lote 3 Média Tensão (MT)

Propõe-se a seguinte proposta de não adjudicação:

De direito (artigo 79.º CCP)

Art.º 79.º, n.º 1, al. b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º, no que respeita às propostas;

De facto

Todas as propostas apresentadas pelos concorrentes foram excluídas por ultrapassarem o preço base.

5. Deliberações tomadas por:

Unanimidade	Maioria
Todas	-

6. Justificação do voto contra

Não Aplicável

7. Anexos

- a. Relatório preliminar.

8. Data

03/09/2024

9. Assinatura

O júri,